



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
N. 201/15

Objeto: Prestação de serviços, mediante Sistema de Registro de Preços, de coleta, transporte, processamento e destinação final de resíduos e rejeitos de lâmpadas fluorescentes (compactas, tubulares, de vapor de mercúrio, de vapor de sódio, de multivapores metálicos ou mistas).

Órgão Gerenciador: Câmara dos Deputados.

Órgãos Participantes:

- Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF);
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF – 1ª Região);
- Ministério de Minas e Energia (MME);
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Valor Total Estimado da Licitação: 155.984,60 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)

Câmara dos Deputados	R\$ 89.345,00	MPDFT	R\$ 15.194,00
PRDF	R\$ 1.561,40	IPEA	R\$ 1.177,00
TRF – 1ª Região	R\$ 20.865,00	CNJ	R\$ 963,00
MME	R\$ 1.733,40	SERPRO	R\$ 25.145,00

Local (sítio da Internet): <http://www.comprasnet.gov.br>.

UASG: 10001.

Data e horário	Procedimento
23/11/2015	- Divulgação do Pregão, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União, no “Jornal Correio Braziliense”, editados em Brasília-DF e nos sítios eletrônicos: www.comprasnet.gov.br e www.camara.leg.br . - Início do cadastramento eletrônico de propostas.
4/12/2015 às 10h	Abertura da sessão pública do Pregão, envolvendo: a) abertura e classificação das propostas formuladas em perfeita consonância com as especificações e condições previstas neste Edital e eletronicamente cadastradas; b) divulgação do valor da proposta de menor preço, vedada a identificação da respectiva proponente; c) abertura da disputa de preços.



Informações Adicionais:

Telefones: (61) 3216-4906, 3216-4907 e 3216-4920.

Fax: (61) 3216-4915.

Endereço eletrônico: cpl@camara.leg.br.

Endereço: Câmara dos Deputados
Comissão Permanente de Licitação
Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Licitação
Edifício Anexo I, 14º andar, sala 1408, Brasília – DF
CEP: 70160-900.

- Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão o horário de Brasília-DF.
- A formalização de pedidos de esclarecimentos e de petições de impugnações ao Ato Convocatório deverá ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@camara.leg.br.
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Câmara dos Deputados: **00.530.352/0001-59**.
- Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).



ÍNDICE DO EDITAL

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO.....	4
2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO	5
4. DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO	7
6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
7. DOS LANCES	7
8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA NEGOCIAÇÃO	8
9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	9
10. DA HABILITAÇÃO.....	10
11. DO RECURSO E DA ADJUDICAÇÃO	12
12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL.....	13
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	13
14. DO FORO.....	15
ANEXO N. 1 - TERMO DE REFERÊNCIA	16
ANEXO N. 2 - DO REGISTRO DE PREÇOS.....	23
ANEXO N. 3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	29
ANEXO N. 4 - MODELO DA PROPOSTA COMPLETA	32
ANEXO N. 5 - ORÇAMENTO ESTIMADO	34
ANEXO N. 6 - MODELO DE REQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	35
ANEXO N. 7 - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	37



A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Câmara dos Deputados, por intermédio deste Pregoeiro legalmente designado, e tendo em vista o que consta do Processo n. 126.874/2015, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão, do tipo "MENOR PREÇO", reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos; pela Lei 10.520, de 2002; pelo Decreto 5.450, de 2005; pela Portaria n. 1, de 2003, da Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados; pela Lei Complementar 123, de 2006; pelo REGULAMENTO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, doravante designado como - RPL- aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7 de junho de 2001, e publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2001; pelo Regulamento do Sistema de Registro de Preços, referido simplesmente como - RSRP - aprovado pelo Ato da Mesa n. 34, de 2003; pelo Decreto 7.892, de 2013 e pela Lei 8.666, de 1993, no que couber.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto do presente PREGÃO é a **prestação de serviços, mediante Sistema de Registro de Preços, de coleta, transporte, processamento e destinação final de resíduos e rejeitos de lâmpadas fluorescentes (compactas, tubulares, de vapor de mercúrio, de vapor de sódio, de multivapores metálicos ou mistas)**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas neste Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

1.2. A Câmara dos Deputados e os Órgãos Participantes não se obrigam a adquirir o objeto desta licitação do fornecedor registrado, podendo realizar licitação específica para prestação de serviço no período de vigência deste Registro de Preços, hipótese em que, em igualdade de condições, o detentor do registro terá preferência, nos termos do art. 16, § 4º do RPL e art. 8º do RSRP.

1.3. A prestação dos serviços deverá ser efetuada mediante requisições emitidas nas condições descritas neste Edital.

2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

2.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, por meio do envio da petição ao Pregoeiro exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl@camara.leg.br.

2.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de vinte e quatro horas, contadas de seu recebimento.

2.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, caso advenha eventual modificação do Edital que afete a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.



2.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl@camara.leg.br.

2.2.1. As respostas dadas aos pedidos de esclarecimentos, omitidos os nomes das consulentes, serão disponibilizadas em campo próprio do sistema e também na página <http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>.

3. DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), por meio do sítio da Internet <http://www.comprasnet.gov.br>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao órgão cadastrador, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Câmara dos Deputados responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. Serão reputadas como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados em nome da licitante.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:

- a) empresário ou sociedade empresarial suspensos temporariamente de participar de licitação e impedidos de contratar com a Câmara dos Deputados e/ou com os Órgãos Participantes, conforme inciso III do artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, e inciso III do artigo 135 do RPL, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário ou sociedade empresarial impedidos de licitar e contratar com a União, conforme artigo 7º da Lei 10.520, de 2002, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) empresário ou sociedade empresarial declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- d) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e) empresário ou sociedade empresarial cujos estatuto ou contrato social não preveja atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- f) empresário ou sociedade empresarial que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;



- g) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- h) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- i) servidor ou parlamentar da Câmara dos Deputados.

4. DA PROPOSTA

4.1. A proposta deverá ser registrada no sistema até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública do Pregão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

4.1.2. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que até a data de cadastramento eletrônico da proposta, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.1.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

4.1.4. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que a proposta apresentada para a presente licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa n. 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MPOG.

4.1.5. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.2. Durante a fase de recebimento de propostas, a licitante poderá incluir, alterar ou excluir a sua proposta.

4.3. O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico deverá(ão) incluir todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega do objeto desta licitação para os Órgãos Gerenciador e Participantes, em Brasília-DF.

4.3.1. As propostas devem contemplar as quantidades totais dos itens que compõem o grupo que a licitante irá disputar, sob pena de desclassificação.

4.4. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.5. O CNPJ da licitante utilizado para cadastramento de sua proposta deverá ser o mesmo constante da documentação apresentada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para registro no SICAF.



5. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e no sítio da Internet indicados na primeira página deste Edital.
- 5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema.
- 5.3. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.1.1. A proposta que não contemplar todos os itens do grupo único será desclassificada.
- 6.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 6.3. O critério a ser utilizado para a classificação das propostas será o de **menor preço total para o grupo único**, observado, em qualquer caso, o disposto no item 9.2 do presente Edital.

7. DOS LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão oferecer lances sucessivos para o item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas, em tempo real, do seu recebimento, do horário do registro e do valor ofertado.
- 7.1.1. A licitante poderá oferecer lances sucessivos, inferiores ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.2. Na ocorrência de dois ou mais lances de mesmo valor, para efeito de classificação, será considerado aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 7.3. Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas constantes deste Edital.
- 7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.



7.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

7.7. O Pregoeiro encerrará a primeira fase da etapa de lances e informará a duração do tempo de iminência, que poderá ser de 1 a 60 minutos.

7.8. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, terá início o período de tempo aleatoriamente determinado pelo sistema, que poderá ser de até 30 minutos, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada e, se atendidas as exigências deste Edital, ser considerada vencedora.

8.1.2. Não tendo sido considerada vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista neste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate, conforme inciso III do art. 45 da Lei Complementar 123, de 2006.

8.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 2006.

8.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.6. Em não se confirmando a condição de vencedora à microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.2. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado a proposta ou o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para registro.



8.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta completa, no modelo do Anexo n. 4, adequada ao último lance, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, que não será inferior a 30 (trinta) minutos, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet, preferencialmente em arquivo único compactado.

9.1.1. Deverá integrar a proposta declaração da licitante de que disponibilizará instalações, equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação.

9.1.2. A proposta terá validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

9.1.2.1. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, fica a licitante liberada do compromisso assumido.

9.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, sendo ainda desclassificada a proposta que consignar preços excessivos, manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

9.2.1. Entende-se por preço excessivo aquele que, após a fase de lances ou negociação, extrapolar os valores unitários apresentados no orçamento estimado constante deste Edital.

9.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, que não será inferior a 60 (sessenta) minutos, a seguinte documentação, remetida por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet, preferencialmente em arquivo único compactado:

a) Descrição do processamento de descontaminação, constando a destinação ambientalmente correta de todos os resíduos das lâmpadas, sendo proibida a destinação dos componentes passíveis de reciclagem a aterros, conforme incisos VIII, XV e XVI do artigo 3º do Capítulo II da Lei 12.305, de 2010.

9.4. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste Título, será desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.5. Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências do Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado.

9.6. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara dos Deputados ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados no Edital.

9.7. Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela licitante, após solicitação e/ou consentimento do Pregoeiro, desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.



9.8. Toda a documentação recebida será disponibilizada eletronicamente a todos os participantes do certame.

9.9. Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o Pregoeiro anunciará o resultado do julgamento da proposta, realizado com base no critério estabelecido no item 6.3 do Edital.

9.10. No caso de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance imediatamente subsequente.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação da licitante será verificada pelo Pregoeiro por meio do SICAF (habilitação parcial) e demais documentos de que trata este Título.

10.2. A licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.

10.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas, a seguinte documentação complementar, remetida por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema ComprasNet, preferencialmente em arquivo único compactado:

- a) Declaração do SICAF referente à habilitação do fornecedor (situação);
- b) Os documentos que não estejam contemplados no SICAF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em obediência ao inciso V do art. 29 da Lei 8.666, de 1993, incluído pela Lei 12.440, de 2011;
- d) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da **Sede** da licitante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos cento e oitenta dias, se a validade não estiver expressa na certidão;
- e) Licença Ambiental de Operação, emitida pelo órgão ambiental do local onde está a matriz da licitante e da filial, caso haja filial no Distrito Federal, em obediência à Lei 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente e Resolução n. 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- f) Autorização Ambiental para o Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, emitido pelo IBAMA, em nome da empresa. Caso o transporte seja para local dentro do Distrito Federal, deverá ser apresentado "Licenciamento Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos", emitido pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM);
- g) Certificado de Regularidade Ativo da licitante no Cadastro Técnico Federal, emitido pelo IBAMA, cuja atividade esteja relacionada ao objeto da licitação;
- h) Certificado de Registro e Quitação da empresa e dos Responsáveis Técnicos expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho Regional de Química (CRQ) do estado da matriz e da filial, caso exista filial no Distrito Federal;
- i) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que a licitante prestou, satisfatoriamente,



serviços de coleta, transporte, processamento e destinação final de resíduos e rejeitos de lâmpadas fluorescentes que contenham mercúrio.

10.3.1 Se o local de processamento ou de armazenamento das lâmpadas for diferente do local da sede, a licitante também deverá apresentar todos os documentos válidos referentes ao local (alíneas “d”, “f” e “g” deste item 10.3).

10.3.2. O(s) atestado(s) deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:

- a) indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
- b) informação do local e da data de expedição do atestado;
- c) descrição da data de início e do término da prestação dos serviços referenciados no documento.

10.3.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) preferencialmente estar impresso(s) em papel timbrado da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone, fax e correio eletrônico do responsável pela emissão do(s) atestado(s).

10.4. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação da licitante.

10.5. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento.

10.5.1. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, à Secretaria Executiva da Comissão Permanente de Licitação, localizada no Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, 14º andar, sala 1408, CEP 70160-900, Brasília-DF.

10.5.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, que deverá ser o mesmo utilizado para cadastramento de sua proposta.

10.5.2.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.5.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

10.5.4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

10.6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a



critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.6.1. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.7. O Pregoeiro verificará, durante a fase de habilitação das empresas, além da habitual pesquisa já realizada no SICAF, a existência de registros impeditivos da contratação:

- a) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);
- b) por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- c) por composição societária das empresas a serem contratadas, mediante pesquisa no SICAF, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666, de 1993.

10.8. O Pregoeiro verificará, no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>), quando da habilitação de microempresa e empresa de pequeno porte, além das situações descritas no item anterior, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006.

10.9. Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o Pregoeiro declarará a licitante inabilitada e convocará a autora do menor preço subsequente, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da licitante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.

11. DO RECURSO E DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Após a divulgação da vencedora do grupo, as licitantes poderão manifestar-se pela intenção de interpor recurso contra a decisão do Pregoeiro, em campo próprio do sistema eletrônico, apresentando, na forma disponibilizada pelo sistema eletrônico, de modo objetivo e conciso, os motivos da contestação.

11.1.1. O Pregoeiro estabelecerá o prazo para manifestação pela intenção de interpor recurso, que não será inferior a 30 (trinta) minutos.

11.2. A falta de manifestação motivada pela interposição de recurso, dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro, importará a decadência do direito de recorrer.

11.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, motivadamente, aceitando-a ou rejeitando-a, em campo próprio do sistema.



11.4. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de três dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.4.1. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço da Comissão citado na página 1.

11.5. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Caso não reconsidere sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração do Diretor-Geral para fins de decisão quanto ao recurso e à adjudicação do objeto.

11.7. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Pregão à licitante vencedora.

11.8. O ato de adjudicação do objeto do procedimento licitatório pelo Pregoeiro ficará sujeito à homologação do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.

11.9. Após a homologação da licitação e respeitada a ordem de classificação, será incluído na Ata de Registro de Preços, como anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os serviços objeto do presente Pregão com preços iguais aos da licitante vencedora, observado o disposto no Anexo n. 2.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

12.1. Após o encerramento da sessão do Pregão, no prazo de até três dias úteis, contados da adjudicação, a proposta completa ajustada ao lance final da licitante vencedora e, se for o caso, a documentação técnica, bem como os documentos exigidos para habilitação, deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação da Câmara dos Deputados, localizada no endereço da Comissão citado na página 1.

12.2. A proposta completa original deverá ser apresentada sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada, assinada por quem de direito, preferencialmente em duas vias.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O Pregão poderá ser transferido a critério da Câmara dos Deputados; revogado, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou, ainda, anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

13.1.1. No caso de desfazimento do procedimento licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. A Câmara dos Deputados, assegurado o direito de defesa, por despacho fundamentado de seu Diretor-Geral, poderá desclassificar licitante, sem que a esta



caiba o direito de reclamar qualquer indenização e sem prejuízo de outras sanções, se lhe chegar ao conhecimento qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone ou infirme a idoneidade, a capacidade jurídica, financeira ou técnica da participante.

13.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou de seus anexos.

13.4. Quando do julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação.

13.5. Os prazos referidos neste Edital e em seus Anexos começam a fluir a partir do termo inicial preestabelecido, ou da intimação formal realizada pela Câmara dos Deputados.

13.5.1. Consideram-se feitas as intimações, convocações ou comunicações às participantes, conforme o caso:

- a) na própria sessão pública do Pregão Eletrônico;
- b) pela publicação dos atos no Diário Oficial da União;
- c) por carta;
- d) ou, quando cabível, por meio de mensagem apresentada no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br.

13.5.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal da Câmara dos Deputados.

13.5.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.6. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

13.7. Durante a validade da Ata de Registro de Preços, sendo a Requisitada objeto de fusão, incorporação ou cisão, a Câmara dos Deputados examinará a conveniência de manter em vigência a Ata registrada.

13.7.1. A manutenção da validade da Ata de Registro de Preços dependerá, em qualquer caso, do atendimento pela nova sociedade empresária das condições de habilitação consignadas neste Edital e de não serem alteradas as condições de execução dos serviços.

13.8. Os documentos constantes do processo de licitação, incluindo este Edital e seus Anexos, poderão ser consultados na Comissão Permanente de Licitação, no endereço citado na página 1, facultada a obtenção de cópias mediante o



recolhimento da importância devida em favor do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

13.8.1. O recolhimento deve ser feito por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) Simples nos terminais de auto atendimento do Banco do Brasil e na página da Internet, ambos por meio da opção "pagamentos c/ código de barras – Água/Luz/Telefone/Gás", ou diretamente ao caixa.

13.8.2. A GRU Simples pode ser gerada mediante acesso ao portal SIAFI no endereço www.stn.fazenda.gov.br e deve ser preenchida com os seguintes campos:

- a) Unidade Favorecida (Código): 010090, Gestão: 00001;
- b) Recolhimento (Código): 28830-6;
- c) Número de Referência: 422.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, para decidir demandas judiciais decorrentes deste procedimento licitatório.

Brasília, 20 de novembro de 2015.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 1
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA JUSTIFICATIVA

A prestação dos serviços objeto deste Edital visa ao descarte adequado e ambientalmente correto das lâmpadas fluorescentes inservíveis dos edifícios dos Órgãos Gerenciador e Participantes que, de acordo com a ABNT NBR 10.004/2004, são classificadas como resíduos Classe I ou perigosos.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa relativa ao objeto deste Pregão correrá à conta dos orçamentos dos exercícios de 2015/2016.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GRUPO ÚNICO (Itens 1 a 3) COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS E REJEITOS DE LÂMPADAS FLUORESCENTES, COMPACTAS E DE DESCARGA (MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO, VAPOR DE SÓDIO OU IODETO METÁLICO) INSERVÍVEIS PROVENIENTES DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

ITEM 1 COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE COMPRIMENTO ATÉ 1,20 METRO

DESCRIÇÃO: coleta, transporte, processamento e destinação final de lâmpada fluorescente tubular de comprimento até 1,20 metro, conforme condições de execução constantes deste anexo.

OBSERVAÇÃO(ÕES): cada serviço corresponde à coleta, ao transporte, ao processamento e à destinação final referente a 1 (uma) lâmpada.

Unidade: SERVIÇO

QUANTIDADE CÂMARA DOS DEPUTADOS: 75.000

QUANTIDADE PRDF: 1.200

QUANTIDADE TRF – 1ª Região: 15.000

QUANTIDADE MME: 1.500

QUANTIDADE MPDFT: 9.960

QUANTIDADE IPEA: 800

QUANTIDADE CNJ: 900

QUANTIDADE SERPRO: 23.500

QUANTIDADE TOTAL: 127.860

ITEM 2 COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA

DESCRIÇÃO: coleta, transporte, processamento e destinação final de lâmpada fluorescente compacta, conforme condições execução constantes deste anexo.



OBSERVAÇÃO(ÕES): cada serviço corresponde à coleta, ao transporte, ao processamento e à destinação final referente a 1 (uma) lâmpada.

Unidade: SERVIÇO

QUANTIDADE CÂMARA DOS DEPUTADOS: 7.000

QUANTIDADE PRDF: 240

QUANTIDADE TRF – 1ª Região: 3.000

QUANTIDADE MME: 100

QUANTIDADE MPDFT: 2.820

QUANTIDADE IPEA: 300

QUANTIDADE TOTAL: 13.460

ITEM 3 COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO, MERCÚRIO, MULTIVAPORES METÁLICOS OU MISTA

DESCRIÇÃO: coleta, transporte, processamento e destinação final de lâmpada de vapor de sódio, mercúrio, multivapores metálicos ou mista, conforme condições execução constantes deste anexo.

OBSERVAÇÃO(ÕES): cada serviço corresponde à coleta, ao transporte, ao processamento e à destinação final referente a 1 (uma) lâmpada.

Unidade: SERVIÇO

QUANTIDADE CÂMARA DOS DEPUTADOS: 1.500

QUANTIDADE PRDF: 20

QUANTIDADE TRF – 1ª Região: 1.500

QUANTIDADE MME: 20

QUANTIDADE MPDFT: 1.420

QUANTIDADE TOTAL: 4.460

4. DA VISTORIA TÉCNICA

4.1. Durante o prazo de elaboração de propostas, ficarão disponíveis os locais onde serão executados os serviços para realização de vistorias técnicas agendadas, para fins de conhecimento das condições de execução dos serviços.

4.2. As vistorias técnicas serão agendadas conforme a seguir:

- a) na Câmara dos Deputados, junto à Coordenação de Engenharia de Obras, por meio dos telefones (61) 3216-4150 ou (61) 3216-4141;
- b) na Procuradoria da República no Distrito Federal, junto ao Grupo de Gestão Socioambiental da PRDF e ESMPU, por meio dos telefones (61) 3313-5597 ou 3313-5161;
- c) no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, junto à Divisão de Engenharia, por meio dos telefones (61) 3410-3255 ou (61) 3410-3258;
- d) no Ministério de Minas e Energia, junto à Divisão de Obras e Serviços de Engenharia, por meio dos telefones (61) 2032-5670 ou (61) 2032-5950;



- e) no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, junto ao Serviços de Gestão Ambiental, por meio do telefone: (61) 3343-9980;
- f) no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, junto ao Serviço de Atividades Gerais, por meio dos telefones (61) 2026-5048 ou 2026-5307;
- g) no Conselho Nacional de Justiça, junto à Seção de Engenharia e Manutenção predial, por meio dos telefones (61) 2326-5073 ou 2326-5153;
- h) no Serviço Federal de Processamento de Dados, junto à Divisão de Engenharia, por meio dos telefones (61) 2021-8490 ou (61) 2021-9332.

4.3. Não tendo realizado a vistoria de que trata este título, a licitante não poderá arguir desconhecimento do local, da área, ou da infraestrutura existente.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A prestação dos serviços deverá ser efetuada por requisição, mediante emissão de Requisição de Prestação de Serviços por fax ou e-mail, conforme modelo constante do Anexo n. 6.

5.1.1. Em cada Requisição de Prestação de Serviços será solicitado, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo total estimado para o item que nela estiver relacionado.

5.2. A prestação dos serviços se dará em duas etapas, conforme a seguir:

Etapa	Descrição	Prazos de execução
		Serão os constantes da proposta da Requisitada, que não poderão ser superiores a:
1	Coleta do material	30 (trinta) dias
2	Transporte, Processamento e Destinação final dos resíduos e rejeitos	90 (noventa) dias

5.2.1. Os prazos de execução serão contados da data da confirmação do recebimento da Requisição de Prestação de Serviços.

5.2.2. A confirmação do recebimento da Requisição de Prestação de Serviços pela Requisitada deverá ser obtida pelo Órgão Requisitante imediatamente após o envio.

5.3. Da descrição das Etapas:

5.3.1. Etapa 1: Coleta

5.3.1.1. A coleta será realizada no Distrito Federal, conforme a seguir:

- a) nas dependências da Câmara dos Deputados, em dias úteis, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h30;
- b) nas dependências da Procuradoria da República no Distrito Federal, localizado no endereço SGAS 604, Lote 23, Sala 101, em Brasília-DF, em dias úteis, das 13h às 18h;



- c) nas dependências do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAS), Quadra 01, Bloco C, em dias úteis, das 8h às 12h ou das 14h às 18h;
 - d) nas dependências do Ministério de Minas e Energia, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, em dias úteis, das 8h às 12h ou das 14h às 18h;
 - e) Edifício-sede do MPDFT - Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, em dias úteis, das 12h às 19h;
 - e.1) Promotoria de Justiça do Gama (unidade descentralizada) - Setor Leste Industrial do Gama, Quadra 01, lotes 860, 880 e 900, Gama - DF, em dias úteis, das 12h às 19h;
 - e.2) Promotoria de Justiça do Paranoá (unidade descentralizada) - Quadra 4 Conjunto B, Lote 01, Paranoá - DF, em dias úteis, das 12h às 19h;
 - f) na garagem do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, localizado no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 01, Bloco J, Lote 30, Edifício BNDES, em dias úteis, das 9h às 11h30 ou das 14h às 17h30;
 - g) nas dependências do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, localizado na SEP 514 Quadra 514 Lote 7 Bloco B – Asa Norte, em dias úteis, das 8h às 11h30;
 - h) nas dependências do Serviço Federal de Processamento de Dados, localizado no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadra 601, Módulo V, Edifício Sede, em dias úteis, das 8h às 12h ou das 14h às 18h.
- 5.3.1.2. As lâmpadas inservíveis deverão ser acondicionadas em vasilhames apropriados indevassáveis, lacrados, quantificados e rotulados com todas as indicações legais.
- 5.3.2. Etapa 2:
- 5.3.2.1. Transporte
- 5.3.2.1.1. O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, rotulado, licenciado conforme as normas para transporte de resíduos perigosos, em especial o Decreto n. 96.044, de maio de 1988.
- 5.3.2.1.1.1. Como condição para início da execução do transporte, a Requisitada deverá apresentar a seguinte documentação:
- a) Em atendimento à Resolução n. 420/2004 da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT):
 - a.1) Comprovante de treinamento específico para o condutor do veículo;
 - a.2) Ficha de emergência e envelope para transporte;
 - a.3) Rótulos de risco e painéis de segurança afixados na unidade de transporte para carregamento em que a quantidade bruta total de produtos perigosos seja superior a 1.000kg nesta unidade.



5.3.2.2. Processamento

5.3.2.2.1. As lâmpadas inservíveis devem ser processadas no local indicado na documentação de habilitação apresentada pela Requisitada.

5.3.2.2.1.1. Todo o processo deverá ser realizado de acordo com as normas ambientais e de segurança, com plano de emergência e apoio, e aprovado pelo órgão ambiental competente.

5.3.2.3. Destinação final dos resíduos e rejeitos

5.3.2.3.1. O local de destinação final dos resíduos e rejeitos deverá ter a aprovação do órgão ambiental competente para os resíduos e rejeitos em questão.

5.3.2.3.2. A destinação final dos resíduos passíveis de reciclagem não poderá ser aterro, nos termos da Lei n. 12.305, de agosto de 2010.

5.3.2.3.3. A Requisitada deverá dar a destinação ambientalmente correta para os rejeitos, conforme legislação específica.

5.4. Os serviços serão executados pela Requisitada obedecendo a todas as normas legais, regulares e ambientais pertinentes.

5.5. A Requisitada executará exclusivamente os serviços autorizados pelo Órgão Responsável, salvo aqueles que se caracterizem notadamente como de emergência e necessários ao andamento ou segurança dos serviços.

5.6. Os funcionários envolvidos na execução do serviço deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados, conforme a Norma Regulamentadora - 6 do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.7. O Órgão Responsável poderá, a qualquer momento, enviar representante até o local de processamento e descarte das lâmpadas designado pela Requisitada a fim de certificar o cumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

5.8. A Requisitada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura única correspondente ao serviço prestado, o MANIFESTO DE TRANSPORTE (MTRP), o TERMO DE RECEPÇÃO e o CERTIFICADO DE DESTRUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE LÂMPADAS em papel timbrado da Requisitada e com firma reconhecida neste último.

5.9. Caberá à Requisiteira:

- a) Liberar o local e permitir o livre acesso da Requisitada para a execução dos serviços solicitados;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Requisitada;
- c) Informar formalmente qualquer evento que esteja fora da rotina de trabalho indicando horário, local e pessoa responsável.

6. DO RECEBIMENTO

6.1. O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da Requisitada.



7. DAS DEFINIÇÕES

7.1. Para os fins previstos neste Edital, de acordo com o Artigo 3º do Capítulo II da Lei 12.305/2010, definem-se:

- a) disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;
- b) rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;
- c) resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

8. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. A Câmara dos Deputados é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

8.2. No que concerne à Câmara dos Deputados, considera-se órgão responsável pela gestão dos bens objeto da Ata de Registro de Preços, a Coordenação de Engenharia de Obras do Departamento Técnico da Câmara dos Deputados, localizada no Edifício Anexo I, que designará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços.

9. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – UASG 200023

Localização: SAGS, Quadra 603, lote 23 L2 SUL, em Brasília-DF. CEP: 70200-000.

Telefone para contato: (61) 3313-5665.

Endereço eletrônico: victorp@mpf.mp.br.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (TRF – 1ª Região) – UASG 90027

Localização: Setor de Autarquias Sul (SAS), Quadra 01, Bloco C, Edifício Anexo III, 4º andar, em Brasília-DF. CEP: 70070-900.

Telefone para contato: (61) 3410-3255.

Endereço eletrônico: antonio.leitao@trf1.jus.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 201/2015
Processo n. 126.874/2015

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME) – UASG 320004
Localização: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 433, em Brasília-DF. CEP: 70065-900.
Telefone para contato: (61) 2032-5630.
Endereço eletrônico: licitacao@mme.gov.br.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT) – UASG 200009
Localização: Eixo Monumental Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede, em Brasília-DF. CEP: 70072-000.
Telefone para contato: (61) 3343-8985.
Endereço eletrônico: marli@mpdft.mp.br.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) – UASG 113601
Localização: Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 01, Bloco J, Lote 30, Edifício BNDES, em Brasília-DF. CEP: 70076-900.
Telefone para contato: (61) 3315-5044.
Endereço eletrônico: leonardo.fonseca@ipea.gov.br.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) – UASG 40003
Localização: SEPN 514 Quadra 514 Lote 7 Bloco B – Asa Norte, em Brasília-DF.
Telefone para contato: (61) 2326.5073/ (61) 2326-5073
Endereço eletrônico: Nathalia.saquetti@cnj.jus.br / michele.monteiro@cnj.jus.br.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) – UASG 803010
Localização: Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadra 601, Módulo G, L2 NORTE, em Brasília-DF. CEP: 70836-900.
Telefone para contato: (61) 2021-9541.
Endereço eletrônico: gerson-rodriques.souza@serpro.gov.br.

Brasília, 20 de novembro de 2015.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 2

DO REGISTRO DE PREÇOS

1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1. A Ata de Registro de Preços, conforme modelo constante do Anexo n. 7, será firmada entre a Câmara dos Deputados e a licitante vencedora deste Pregão, e terá validade de doze meses, a partir da data de sua publicação.

1.2. Serão registrados na Ata de Registro de Preços os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva.

1.2.1. O registro de preços far-se-á pelos valores unitários ofertados para cada item do objeto pela licitante que tiver apresentado o menor preço para o grupo único.

1.3. Será incluído, na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei 8.666, de 1993.

1.3.1. A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

1.3.2. O registro a que se refere este item 1.3 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da Ata, nas hipóteses previstas no Título 2 deste anexo.

1.3.3. Se houver mais de uma licitante na situação de que trata este item 1.3, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

1.3.4. Encerrada a sessão pública do Pregão, a autoridade competente, por ocasião da homologação dos itens, convocará as licitantes com propostas não recusadas para que possam aderir ao cadastro de reserva.

1.3.4.1. Quando da convocação, o sistema enviará e-mail às licitantes, informando o prazo para manifestação definido pela autoridade competente, que não será inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

1.3.4.2. A licitante interessada em participar do cadastro de reserva deverá acessar o sistema Comprasnet, dentro do prazo estipulado, para efetivar sua participação.

1.3.5. A licitante que aceitar registrar o preço da licitante vencedora, tal como previsto neste item, estará sujeita às exigências e obrigações constantes deste Edital, inclusive quanto às condições de classificação da proposta e de habilitação.

1.3.6. A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva e a análise de suas propostas serão efetuadas na hipótese prevista no item 1.8 deste Título e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas no Título 2 deste anexo.

1.4. A licitante, quando devidamente convocada, deverá assinar a respectiva Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de cinco dias úteis.



1.4.1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, durante o seu transcurso, uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara dos Deputados.

1.5. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante convocada fornecerá à Câmara dos Deputados os números de telefone, fax e endereço eletrônico que serão utilizados para contato e para envio da Requisição de Entrega de Material e indicará o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao Órgão Responsável pela fiscalização da Ata.

1.5.1. Qualquer alteração dos dados fornecidos deverá ser formalmente comunicada ao Órgão Responsável.

1.6. O Edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante convocada, integrarão a Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos.

1.7. A licitante que assinar a Ata de Registro de Preços explicitará o compromisso da manutenção do preço durante o prazo de validade da Ata.

1.8. É facultado à Administração, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

1.9. A Câmara dos Deputados velará pela realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade da Ata de Registro de Preços.

2. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo órgão requisitante, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) houver razões de interesse público para o cancelamento.

2.1.1. Em caso de cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

2.1.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, que venha comprometer a perfeita execução de suas obrigações.

2.1.3. O Registro de Preços poderá ser cancelado ainda nas hipóteses previstas no artigo 126 do RPL.



3. DO CRITÉRIO DE REVISÃO DE PREÇOS

3.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, nos termos do art. 13 do RSRP c/c o Capítulo VIII do Decreto n. 7.892, de 2013.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA REQUISITADA

4.1. A Requisitada deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Além do estatuído neste Edital e em seus Anexos, a Requisitada cumprirá as instruções complementares do órgão requisitante, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados.

4.3. Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo órgão requisitante.

4.3.1. Os empregados da Requisitada, além de portar identificação, deverão se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do órgão requisitante.

4.4. A Requisitada assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da Câmara dos Deputados ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas na Ata.

4.5. A Requisitada comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão requisitante, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, **em até dois dias úteis após o ocorrido**, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao órgão requisitante.

4.6. Os empregados da Requisitada, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da Câmara dos Deputados, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

4.6.1. Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da Requisitada e de seus empregados serão de inteira responsabilidade desta.

4.7. A Requisitada ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do órgão requisitante, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

4.8. A Requisitada fica obrigada a apresentar à Câmara dos Deputados, sempre que expire o prazo de validade, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



4.9. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Pregão.

4.10. A Requisitada deverá apresentar, antes do início das atividades nos estabelecimentos da Câmara dos Deputados e dos Órgãos Requisitantes, Análise Preliminar de Riscos, mediante profissional especializado e entregá-lo à Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho – SEST, da Coordenação de Engenharia de Obras do Departamento Técnico da Câmara dos Deputados e aos setores equivalentes dos Órgãos Participantes.

4.10.1. Após a aprovação pela SEST e pelos setores equivalentes dos Órgãos Participantes, o trabalho será liberado com ou sem restrições.

4.10.1.1. Caso a SEST e/ou os setores equivalentes dos Órgãos Participantes, por meio de parecer, não concorde(m) com a elaboração de atividade, a Requisitada deverá adotar meio alternativo ou limitar a exposição do trabalhador à situação em análise.

4.11. Caberá à Requisitada fornecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPI específicos e necessários para as atividades que serão desenvolvidas, recomendados de acordo com os itens 6.5 e 6.5.1 da Norma Regulamentadora - 6 do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.12. Todo e qualquer acidente ou incidente de trabalho com funcionários da Requisitada, nas dependências da Câmara dos Deputados e/ou dos Órgãos Participantes, deverá ser imediatamente comunicado à SEST e/ou aos setores equivalentes dos Órgãos Participantes, quando em horário administrativo, ou no dia útil posterior.

4.12.1. A Requisitada deverá apresentar relatório sobre o ocorrido, apontando as principais causas, dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após a ocorrência do fato.

4.12.2. Se houver acidente ou incidente de trabalho com funcionários da Requisitada nas dependências de algum dos Órgãos Participantes, o fato deverá ser imediatamente comunicado ao responsável pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços do respectivo órgão, ou a quem o órgão indicar.

4.13. A Requisitada é responsável pela execução de todos os treinamentos previstos em Normas Regulamentadoras aplicáveis a sua atividade dentro dos estabelecimentos do órgão requisitante.

4.14. A Câmara dos Deputados, por meio da SEST, e os setores equivalentes dos Órgãos Participantes, têm autoridade para paralisar a execução do serviço, sempre que ficar caracterizada uma situação de grave e iminente risco à vida.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O objeto aceito definitivamente pelo órgão requisitante será pago por meio de depósito em conta corrente da Requisitada, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão responsável.



5.1.1. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

5.1.2. A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do MANIFESTO DE TRANSPORTE (MTRP), do TERMO DE RECEPÇÃO e do CERTIFICADO DE DESTRUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE LÂMPADAS em papel timbrado da Requisitada e com firma reconhecida neste último; do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

5.2. O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contados do aceite definitivo do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

5.2.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a Requisitada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo órgão requisitante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

5.3. Quando aplicável, o pagamento efetuado pelo órgão requisitante estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, com redação dada pelas Leis 9.711, de 1998 e 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

5.4. Estando a Requisitada isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

5.5. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.



6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação poderá(ão), durante sua vigência, ser utilizada(s) por qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal e demais entidades por elas controladas, mediante prévia solicitação dirigida à Câmara dos Deputados, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8.666, de 1993 e no Decreto n. 7.892, de 2013 c/c o Ato da Mesa n. 34, de 2003.

6.2. O fornecedor beneficiário deverá ser consultado sobre a solicitação de adesão à Ata, observada as condições nela estabelecidas, assim como, neste Edital e na legislação relativa às licitações, manifestando-se sobre a possibilidade de atender às aquisições ou contratações adicionais, sem acarretar prejuízos às obrigações assumidas com a Câmara dos Deputados.

6.3. As aquisições ou contratações a que se refere este Título não poderão exceder a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata, ficando sua utilização sujeita à expressa anuência do órgão gerenciador (Câmara dos Deputados) e concordância do fornecedor.

6.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.5. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Brasília, 20 de novembro de 2015.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 3

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
2. As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.
3. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da Requisitada de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.
4. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta, faltar ou fraudar com suas obrigações estipuladas neste Edital, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, após regular processo de apuração de responsabilidade, ficar impedida de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
 - 4.1. Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, a saber:
 - a) advertência, formalizada por escrito;
 - b) multa, nos casos previstos neste Edital;
 - c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a Câmara dos Deputados e com os órgãos participantes.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.
5. Caso a licitante convocada não assine a Ata de Registro de Preços no prazo fixado neste Edital, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida.
 - 5.1. Ocorrendo a hipótese referida neste item, a Câmara dos Deputados, assegurada a ampla defesa, aplicará à faltosa multa de 10% (dez por cento) do valor total da proposta classificada, instaurando processo para apuração de responsabilidade, do qual poderá resultar o impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
6. Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pelo órgão requisitante na execução dos serviços, à Requisitada será imposta multa calculada sobre o valor dos serviços executados com atraso, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 201/2015
Processo n. 126.874/2015

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

7. Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

7.1. Não se aplica o disposto neste item, quando verificada, em um período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

8. A Requisitada será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente dos prazos de execução fixados na proposta.

9. Na hipótese de abandono da Ata de Registro de Preços, a qualquer tempo, ficará a Requisitada sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da Ata de Registro de Preços, nele incluído o valor total do serviço requisitado e não realizado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

10. Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pelo órgão requisitante ou recolhidos pela Requisitada, no caso da Câmara dos Deputados, à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

11. Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a Câmara dos Deputados julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à Requisitada, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da Requisitada, dolo ou culpa e o disposto no item 10 deste anexo e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a seguinte tabela:

INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor total da Ata de Registro de Preços)
1. Não adotar as providências determinadas no Edital relativas à segurança do trabalho, por ocorrência	0,3%
2. Deixar de cumprir quaisquer das obrigações pactuadas ou previstas em lei, não previstas nesta Tabela de Multas, por	0,025%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECPL
FL.
Rub. _____

Pregão Eletrônico n. 201/2015
Processo n. 126.874/2015

ocorrência	
3. Deixar de apresentar relatório de acidente ou incidente de trabalho com os funcionários da Requisitada nas dependências da Câmara dos Deputados, apontado as principais causas, dentro do prazo estipulado no item 4.12.1 do Anexo n. 2, por dia de atraso	0,1%

Brasília, 20 de novembro de 2015.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 4

MODELO DA PROPOSTA COMPLETA

(Anexo disponível em documento WORD (.doc) para download na página
<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes/editais/pregaoeletronico.html>).

PREGÃO ELETRÔNICO N. 201/15

OBJETO: Prestação de serviços, mediante Sistema de Registro de Preços, de coleta, transporte, processamento e destinação final de resíduos e rejeitos de lâmpadas fluorescentes (compactas, tubulares, de vapor de mercúrio, de vapor de sódio, de multivapores metálicos ou mistas).

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

FONE/FAX: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

À
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em atendimento ao Edital do Pregão à epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

GRUPO / ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE		PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$ (POR ÓRGÃO)
			POR ÓRGÃO	QUANT. TOTAL		
GRUPO ÚNICO (Itens 1 a 3)	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS E REJEITOS DE LÂMPADAS FLUORESCENTES, COMPACTAS E DE DESCARGA (MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO, VAPOR DE SÓDIO OU IODETO METÁLICO) INSERVÍVEIS PROVENIENTES DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS					
ITEM 1	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE COMPRIMENTO ATÉ 1,20 METRO	SV	CÂMARA DOS DEPUTADOS	75.000	127.860	
			PRDF	1.200		
			TRF – 1ª Região	15.000		
			MME	1.500		
			MPDFT	9.960		
			IPEA	800		
			CNJ	900		
			SERPRO	23.500		
PREÇO TOTAL DO ITEM 1						R\$
ITEM 2	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA	SV	CÂMARA DOS DEPUTADOS	7.000	13.460	
			PRDF	240		
			TRF – 1ª Região	3.000		
			MME	100		
			MPDFT	2.820		
			IPEA	300		



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

SECPL
FL. _____
Rub. _____

Pregão Eletrônico n. 201/2015
Processo n. 126.874/2015

GRUPO / ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE		PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$ (POR ÓRGÃO)
			POR ÓRGÃO	QUANT. TOTAL		
GRUPO ÚNICO (Itens 1 a 3)	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS E REJEITOS DE LÂMPADAS FLUORESCENTES, COMPACTAS E DE DESCARGA (MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO, VAPOR DE SÓDIO OU IODETO METÁLICO) INSERVÍVEIS PROVENIENTES DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS					
PREÇO TOTAL DO ITEM 2						R\$
ITEM 3	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO, MERCÚRIO, MULTIVAPORES METÁLICOS OU MISTA	SV	CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.500	4.460	
			PRDF	20		
			TRF – 1ª Região	1.500		
			MME	20		
			MPDFT	1.420		
PREÇO TOTAL DO ITEM 3						R\$
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO						R\$
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO POR EXTENSO:						

Declaramos que os itens constantes desta proposta correspondem exatamente às especificações descritas no Anexo n. 1 do Edital, às quais aderimos formalmente.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Título 9 do Edital).

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (1ª ETAPA - COLETA): _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Anexo n. 1).

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (2ª ETAPA – TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS E REJEITOS): _____ (por extenso) dias (observar o disposto no Anexo n. 1).

Declaramos que disponibilizaremos instalações, equipamentos e pessoal técnico adequados para realização do objeto da presente licitação.

É OBRIGATÓRIA A COMPROVAÇÃO A QUE SE REFERE O TÍTULO 9 DO EDITAL.

Brasília, de _____ de 2015.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa

Brasília, 20 de novembro de 2015.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 5
ORÇAMENTO ESTIMADO

GRUPO / ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE		PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$	
			POR ÓRGÃO	QUANT. TOTAL			
GRUPO ÚNICO (Itens 1 a 3)	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS E REJEITOS DE LÂMPADAS FLUORESCENTES, COMPACTAS E DE DESCARGA (MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO, VAPOR DE SÓDIO OU IODETO METÁLICO) INSERVÍVEIS PROVENIENTES DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS						
ITEM 1	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE COMPRIMENTO ATÉ 1,20 METRO	SV	CÂMARA DOS DEPUTADOS	75.000	127.860	1,07	80.250,00
			PRDF	1.200			1.284,00
			TRF – 1ª Região	15.000			16.050,00
			MME	1.500			1.605,00
			MPDFT	9.960			10.657,20
			IPEA	800			856,00
			CNJ	900			963,00
			SERPRO	23.500			25.145,00
PREÇO TOTAL DO ITEM 1 (R\$)						136.810,20	
ITEM 2	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA	SV	CÂMARA DOS DEPUTADOS	7.000	13.460	1,07	7.490,00
			PRDF	240			256,80
			TRF – 1ª Região	3.000			3.210,00
			MME	100			107,00
			MPDFT	2.820			3.017,40
			IPEA	300			321,00
PREÇO TOTAL DO ITEM 2 (R\$)						14.402,20	
ITEM 3	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO, MERCÚRIO, MULTIVAPORES METÁLICOS OU MISTA	SV	CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.500	4.460	1,07	1.605,00
			PRDF	20			21,40
			TRF – 1ª Região	1.500			1.605,00
			MME	20			21,40
			MPDFT	1.420			1.519,40
PREÇO TOTAL DO ITEM 3 (R\$)						4.772,20	
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO (R\$)						155.984,60	
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO (CÂMARA DOS DEPUTADOS) (R\$)						89.345,00	
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO (PRDF) (R\$)						1.561,20	
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO (TRF – 1ª Região) (R\$)						20.865,00	
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO (MME) (R\$)						1.733,40	
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO (MPDFT) (R\$)						15.194,00	
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO (IPEA) (R\$)						1.177,00	
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO (CNJ) (R\$)						963,00	
PREÇO TOTAL DO GRUPO ÚNICO (SERPRO) (R\$)						25.145,00	

Observação: Os preços unitários constantes deste anexo são os máximos aceitáveis, em conformidade com o disposto no subitem 9.2.1 do Edital.

Brasília, 20 de novembro de 2015.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 6

MODELO DE REQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

REQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Requisição n. ____/____

À _____
(identificação da Requisitada)

A/C do(a) Senhor(a): _____

1. Solicitamos a prestação dos serviços a seguir descritos:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Local

2. Prazo de execução dos serviços: _____ dias, contados da data da confirmação do recebimento desta Requisição.

3. A presente Requisição é feita com observância das cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 201/15, da Ata de Registro de Preços n. ____/____ e da proposta da Requisitada datada de ____/____/____.

4. As despesas decorrentes desta Requisição correm por conta da Nota de Empenho n. ____/____.

OBSERVAÇÕES A CARGO ÓRGÃO REQUISITANTE

Identificação do responsável pelas observações

Requisição encaminhada em: _____/_____/_____ às _____ h _____ Pela Câmara dos Deputados Pela PRDF Pelo TRF – 1ª Região Pelo MME Pelo MPDFT Pelo IPEA Pelo CNJ Pelo SERPRO Nome do Servidor: _____ Ponto do Servidor: _____ Departamento: _____
--

Requisição recebida em: _____/_____/_____ às _____ h _____ Pela Requisitada Nome: _____
--



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico n. 201/2015
Processo n. 126.874/2015

Informações Adicionais sobre esta Requisição:

Câmara dos Deputados: telefones (61) 3216-4150 ou 4141;

Procuradoria da República-DF: telefones (61) 3313-5665 ou 3313-5596;

TRF – 1ª Região: telefones (61) 3410-3255;

MME: telefone (61) 2032-5630;

MPDFT: telefone (61) 3343-8985;

IPEA: telefone (61) 3315-5044;

CNJ: telefones (61) 2326-5013 ou 2326-5073;

SERPRO: telefones (61) 2021-9541 ou 2021-9287.

Brasília, 20 de novembro de 2015.

José Martinichen Filho
Pregoeiro



ANEXO N. 7

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de dois mil e quinze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CÂMARA, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor ROMULO DE SOUSA MESQUITA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, a PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL – PRDF, situada no SGAS 604, Lote 23, Sala 101, Brasília-DF, CEP: 70200-640, telefone: (61) 33135405, inscrito no CNPJ sob o n. 26.989.715/0012-65, neste ato representado por seu Secretário Estadual do MPF no Distrito Federal, o senhor JOSÉ BENEDITO RAMOS ANDRADE, o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, situado no SAU/SUL Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70.070-900, inscrito no CNPJ sob o n. 03.658.507/0001-25, neste ato representado por sua Diretora de Secretaria, a senhora MARIA CRISTINA TURNES, o MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 4º andar, Sala 450-A, CEP: 70.065-900, telefone: (61) 2032-5464, inscrito no CNPJ sob o n. 37.115.383/0036-83, neste ato representado por sua Coordenadora-Geral de Compras e Contratos Substituta, a senhora DALVA HELENA FERREIRA, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – MPDFT, situado na Praça Municipal, Lote 2, Eixo Monumental, 9º andar, CEP: 70.094-900, telefone: (61) 3343-9787, inscrito no CNPJ sob o n. 26.989.715/0002-93, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o senhor WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, o INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, situado no SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, Térreo, Brasília-DF, CEP: 70.076-900, inscrito no CNPJ sob o n. 33.892.175/0001-00, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas, o senhor ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA, o CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ, situado no SEP/Quadra 514 Norte, Lote 7, Bloco B, CEP: 70.760-542, telefone: (61) 2326-5000, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o senhor FABYANO ALBERTO STALSCHMIDT PRESTES, o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, situado no SGAN Avenida L2 Norte, Quadra 601, Módulo G, CEP: 70.836-900, telefone: (61) 2021-9000, inscrito no CNPJ sob o n. 33.683.111/0002-80, neste ato representado por sua Gerente do Departamento Regional de Logística, a senhora CÁTIA GONTIJO REZENDE, e a empresa (nome), situada no (endereço), CEP: _____, telefone () _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, e neste ato representada por seu (cargo), o senhor (nome e qualificação), residente e domiciliado em (cidade), perante as testemunhas que este subscrevem, lavram a presente Ata, em conformidade com o processo em epígrafe, referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 201/15, com a Lei n. 8.666/1993, com a Lei n. 10.520/2002, e com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80/2001, com o Regulamento do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado RSRP, aprovado pelo Ato da Mesa n. 34/03, com o Decreto n. 7.892/2013, e com a proposta vencedora oferecida para os itens do objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 201/15, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

A finalidade da presente Ata é o Registro de Preços para prestação de **serviços de coleta e descarte de lâmpadas**, de acordo com o quadro a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quantidade								Valor unitário (R\$)
			Câmara dos Deputados	PRDF	TRF – 1ª Região	MME	MPDFT	IPEA	CNJ	SERPRO	
1	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR DE COMPRIMENTO ATÉ 1,20 METRO	SV	75.000	1.200	15.000	1.500	9.960	800	900	23.500	
2	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA	SV	7.000	240	3.000	100	2.820	300	-	-	
3	COLETA, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO, MERCÚRIO, MULTIVAPORES METÁLICOS OU MISTA	SV	1.500	20	1.500	20	1.420	-	-	-	
Valor total											

Conforme art. 11 do Decreto n. 7.892/13, registram-se, no Anexo n. 1 desta Ata, as empresas que aceitaram cotar os bens com preços iguais ao da proposta vencedora, para fins de composição do cadastro de reserva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá ser efetuada por requisição, mediante emissão de Requisição de Prestação de Serviços por fax ou e-mail, conforme modelo constante do Anexo n. 6.

Parágrafo primeiro – Em cada Requisição de Prestação de Serviços será solicitado, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo total estimado para o item que nela estiver relacionado.

Parágrafo segundo – O prazo para prestação dos serviços se dará em duas etapas:

- a) Coleta do material: não poderá ser superior a 30 (trinta) dias;



- b) Transporte, processamento e destinação final dos resíduos e rejeitos: não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO DE REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, nos termos do art. 13 do RSRP c/c o Capítulo VIII do Decreto n. 7.892/2013.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O fornecedor terá seu registro cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo órgão requisitante, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) houver razões de interesse público para o cancelamento.

Parágrafo primeiro – Em caso de cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, que venha comprometer a perfeita execução de suas obrigações.

Parágrafo terceiro – O Registro de Preços poderá ser cancelado ainda nas hipóteses previstas no artigo 126 do RPL.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo primeiro – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo segundo – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da Requisitada de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

Parágrafo terceiro – A licitante que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta, faltar ou fraudar com suas obrigações estipuladas neste Edital, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, após regular processo de apuração de responsabilidade, ficar impedida de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

Parágrafo quarto – Caso a licitante convocada não assine a Ata de Registro de Preços no prazo fixado neste Edital, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Câmara dos Deputados, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida.



Parágrafo quinto – Ocorrendo a hipótese referida neste item, a Câmara dos Deputados, assegurada a ampla defesa, aplicará à faltosa multa de 10% (dez por cento) do valor total da proposta classificada, instaurando processo para apuração de responsabilidade, do qual poderá resultar o impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo sexto – Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pelo órgão requisitante na execução dos serviços, à Requisitada será imposta multa calculada sobre o valor do objeto entregue com atraso, de acordo com a tabela constante do item 6 do Anexo 3 do Edital.

Parágrafo sétimo – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo oitavo – Não se aplica o disposto neste item, quando verificada, em um período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo nono – A Requisitada será também considerada em atraso se entregar o objeto em desacordo com as especificações e não o substituir dentro do período remanescente do prazo de entrega fixado na proposta.

Parágrafo décimo – Na hipótese de abandono da Ata de Registro de Preços, a qualquer tempo, ficará a Requisitada sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da Ata de Registro de Preços, nele incluído o valor total do objeto requisitado e não entregue, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo décimo primeiro – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pelo órgão requisitante ou recolhidos pela Requisitada, no caso da Câmara dos Deputados, à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata poderá, durante sua vigência, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal e demais entidades por elas controladas, mediante prévia solicitação dirigida a este Órgão, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 7.892/2013 c/c o Ato da Mesa nº 34/2003.

Parágrafo primeiro – A Requisitada deverá ser consultada sobre a solicitação de adesão à Ata, observada as condições nela estabelecidas, assim como, no Edital em tela e a na legislação relativa às licitações, manifestando-se sobre a possibilidade de atender as aquisições ou contratações adicionais, sem acarretar prejuízos às obrigações assumidas com a Câmara dos Deputados.

Parágrafo segundo – As aquisições ou contratações a que se refere esta cláusula não poderão exceder a cem por cento dos quantitativos registrados nesta Ata, ficando sua utilização sujeita à expressa anuência deste Órgão e concordância do fornecedor.



Parágrafo terceiro – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo quarto – Competem ao órgão não-participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a este Órgão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VALIDADE

O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único – O fornecedor explicita o compromisso da manutenção dos preços registrados, pelo prazo de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses do art. 13 do RSRP c/c Capítulo VIII do Decreto n. 7.892/13.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante convocada, integrarão a Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento desta Ata.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam a presente Ata com ____ (valor numérico e por extenso) folhas na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, de _____ de 2015.

Pela CÂMARA:

Pela EMPRESA VENCEDORA:

Romulo de Sousa Mesquita
Diretor-Geral
CPF n. 443.493.351-53

(nome)
(cargo)
(CPF)

Testemunhas: 1) _____
2) _____



ANEXO N. 1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE RESERVA

Empresas que aceitaram registrar os bens com preços iguais ao da proposta vencedora:

1. (nome), situada no (endereço), (telefone), inscrita no CNPJ sob o n. e neste ato representada por seu (cargo), o senhor (nome e qualificação);
2. (nome), situada no (endereço), (telefone), inscrita no CNPJ sob o n. e neste ato representada por seu (cargo), o senhor (nome e qualificação);
3. (nome), situada no (endereço), (telefone), inscrita no CNPJ sob o n. e neste ato representada por seu (cargo), o senhor (nome e qualificação).

Brasília, 20 de novembro de 2015.

José Martinichen Filho
Pregoeiro